

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil Class.: _____

Data: 02/05/83 Pg.: _____

Tribo Kiriri toma posse de 600 hectares de terra na Bahia

Antônio Jorge Moura

Salvador — A tribo kiriri toma posse esta semana dos 600 hectares da Fazenda Picos, no distrito de Mirandela, Município de Ribeira do Pombal, que foi ocupada parcialmente, uma semana antes do Dia do Índio (19 de abril), por mais de 500 indígenas, com autorização do presidente da Funai, Coronel Paulo Leal. O fazendeiro Artur Miranda, que reclama a fazenda, receberá do Estado terras devolutas e será indenizado pelas benfeitorias.

A decisão do presidente da Funai, de acordo com o delegado do órgão para o Nordeste, Leonardo Reis, coloca um ponto final na questão que causava tensão e conflito entre os kiriris, fazendeiros daquele município da região nordeste do Estado e duas mil famílias de posseiros que ocupam a reserva indígena, situada a 256 quilômetros de Salvador. Os índios permitiram

a permanência dos posseiros até que o Estado encontre outro lugar para eles.

Velha disputa

Os quase dois mil kiriris viviam dispersos em pequenos núcleos, como agricultores, meeiros e trabalhadores rurais, nas fazendas da área de sua reserva, doada no século 18 através de alvará da Coroa portuguesa, que contemplou as missões indígenas dos jesuítas existentes no Sertão da Bahia. Eles ocupavam as terras menos férteis da reserva, que ao longo dos anos foram sendo ocupadas e, em função disso, os kiriris se desagregavam e perdiam a identidade cultural.

Ajudados pelos professores do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia, os kiriris passaram por um processo

de retomada de sua identidade cultural e de fortalecimento das relações sócio-culturais, a partir da segunda metade da década de 70. O cacique Lázaro Gonzaga de Souza conseguiu unir os grupos kiriris, que voltaram a praticar os rituais religiosos — principalmente o *tore* — e a reivindicar a demarcação de sua reserva.

A demarcação se iniciou em 1979, pelos próprios kiriris, ajudados pelo chefe do posto indígena de Mirandela, Gilvan Cavalcanti de Oliveira, mas foi suspensa nos primeiros dias de trabalho. Um grupo de fazendeiros impediu a continuidade da demarcação, com rifles e revólveres. Diante do aumento das tensões e a iminência de um conflito dos kiriris com os fazendeiros, a Funai resolveu fazer demarcar a reserva, o que somente começou em novembro de 1980.

Um direito há muito tempo adquirido

A demarcação da Funai se deu dentro da interpretação do alvará da Coroa portuguesa, que destinou "uma légua em quadra" aos kiriris, tendo como ponto central a Igreja das Missões de N. S. da Ascensão, em Mirandela. Uma légua em quadra, de acordo com a Funai, a cultura oral dos índios e os antropólogos da UFBA, corresponde a um polígono de oito lados, com uma légua (seis quilômetros e meio) de raio. Isso representa uma área de 12 mil e 300 hectares.

Segundo Leonardo Reis, delegado da Funai para o Nordeste, o decreto reconhecendo a reserva kiriri não foi assinado pelo Presidente da República porque o Instituto de Terras da Bahia (Interba), reconhecendo a validade do alvará da Coroa portuguesa, questionou a interpretação da légua em quadra. Para o diretor do instituto, José Aécio Rodrigues, a reserva é um quadrado, com seis quilômetros e meio de um lado a outro, no sentido Norte-Sul e Leste-Oeste. Ou seja, seis mil e 600 hectares de terras.

A demora na definição desta diferença de interpretação, as ameaças dos fazendeiros e a falta de terras férteis para desenvolverem suas lavouras de milho e feijão — mesmo com dificuldades, eles pro-

duziram no ano passado 60 toneladas de feijão e 54 toneladas de milho — conduziram os kiriris à ofensiva. Na eleição de 15 de novembro, todos os eleitores da tribo votaram no PDS-2, adversários políticos do PDS-1, que apoiava os fazendeiros. E no dia 16 de novembro fizeram a primeira ocupação da Fazenda Picos.

Prazo vencido

Houve uma reação imediata dos fazendeiros, que cercaram o local ocupado pelos kiriris. Por interferência da Funai, os índios aceitaram uma retirada, com prazo até o final de dezembro do ano passado. O prazo foi prorrogado até o final de fevereiro, para que o Interba e a Funai chegassem a um entendimento, o que não houve. E, uma semana antes do Dia do Índio, os kiriris ocuparam um morro de difícil acesso. Com enxadas, facões e estrovengas (pequenas foices de dois gumes), fizeram o preparo da terra para a lavoura, dispostos a somente sair mortos do local.

Cerca de 500 kiriris, homens, mulheres e crianças, passaram a viver no relento e fizeram o cacique Lázaro Gonzaga ir a Recife comunicar ao delegado da Funai a decisão

da tribo. Leonardo Reis se deslocou a Brasília — enquanto o clima de tensão aumentava em Mirandela — saindo da sede da Funai diretamente para o gabinete do presidente do Interba e do Secretário da Agricultura, Fernando Sincurá, com uma decisão do Coronel Paulo Leal: os índios deviam permanecer na fazenda.

No dia 20 passado, Leonardo Reis e José Aécio Rodrigues, do Interba, viajaram até o Município de Caldas do Cipó, a 30 quilômetros de Ribeira do Pombal, para uma reunião com o cacique Lázaro, o chefe do posto, Gilvan Cavalcanti, e o fazendeiro Artur Miranda. No encontro, o delegado da Funai comunicou a ocupação definitiva da fazenda pelos kiriris e levou a Brasília o fazendeiro para entendimentos diretos com o presidente da Fundação.

No encontro de Brasília ficou acertada a permuta dos 600 hectares da Fazenda Picos por 600 hectares de terras devolutas do Estado e o pagamento das benfeitorias. O fazendeiro recebeu a informação também de que, no prazo de 15 dias, que se esgota esta semana, deve retirar da Fazenda Picos o gado, para que os kiriris tomem posse do restante da terra.